



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 1-25
www.emtese.ufsc.br

Dinheiro: Instituição social relevante na sociedade moderna*

Valdir Alvim¹

1. Introdução

A elaboração deste texto pretende, objetivamente, num primeiro momento de forma geral, um pequeno estudo sobre o **dinheiro como Instituição social relevante**. Subjetivamente, pretende-se refletir sobre as abordagens do tema "dinheiro" para a análise sociológica na perspectiva da afirmação ontológica, como condição histórica de sua própria existência.

A problemática de fundo que se coloca aqui é: se há possibilidades de se constituir uma definição conceitual de "Análise Monetária" ao considerarmos a **gestão e controle** do dinheiro pelos Estados Nacionais como uma **mediação** social relevante, e **a natureza do seu poder** mediado pela satisfação das necessidades humanas, no sentido genérico?

Pretende-se, assim, abordar a temática do dinheiro como instituição social relevante a partir de algumas das suas conexões internas, sendo um objetivo específico explorar inicialmente alguns elementos conceituais para uma definição apropriada da "Análise Monetária" no campo do conhecimento da Sociologia Política.

* Este texto foi modificado do original "A problemática do Dinheiro na Sociologia Política", produto do trabalho elaborado para avaliação na disciplina "Dinheiro, Sociedade e Política" no semestre 2002.2, ministrada pelo Profº. Dr. Ary César Minella.

¹ Economista. Mestre em Administração (CPGA-UFSC), área de concentração em Políticas e Planejamento Governamental, e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP-UFSC). Atualmente é Professor Substituto no Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Correio Eletrônico: alvim@cfh.ufsc.br

A forma dinheiro possui elevado **poder** ao exercer seu papel e suas funções sociais, pois têm capacidade de mediar a satisfação das necessidades humanas, individuais e sociais, alienadas historicamente ao sistema da apropriação individual da riqueza na sociedade moderna.

Considera-se que o **Estado** possui **Poder Político** como "autoridade monetária", ao "administrar o dinheiro" e ao exercer a sua "capacidade de mediação social" nas relações de produção das coisas e seus fluxos monetários, para a distribuição e apropriação da riqueza gerada.

Partimos do pressuposto que no tempo presente os padrões monetários cabem ainda aos Estados, quando das suas relações de troca e de pagamentos internos (criação, emissão, administração e controle do dinheiro), mesmo no caso da formação da Comunidade Econômica Européia. O euro foi introduzido como a nova moeda única européia em janeiro de 1999. Este novo padrão monetário entrou em circulação em 12 países em janeiro de 2002, com a introdução de notas e moedas substitutivas dos velhos padrões históricos nacionais individuais até então existentes. Entretanto, o padrão monetário internacional continua ainda sob o domínio de uma moeda nacional: o dólar americano.

Este padrão monetário foi forjado no bojo das estratégias de dominação e legitimação para o pós-guerra, quando diversos Acordos comerciais necessitavam de maior amplitude para serem implementados, reconstruindo e redimensionando as negociações internacionais. Assim, Lichtensztejn e Baer (1987) nos fornecem o ponto de partida na nossa reafirmação de que os organismos financeiros multilaterais desempenharam um papel estratégico para a garantia do poder político e da hegemonia norte americana, sendo forjados como instrumentos para exercer a legitimação da sua dominação, ao dar suporte estruturante às economias devastadas pela Segunda Guerra Mundial.

Assim, coube-nos aqui explorar alguns elementos teórico-metodológicos ligados à problemática do dinheiro, num sentido genérico, que nos orientaram a identificar como fonte de poder político internacional, a forma como estes organismos econômico-financeiros multilaterais controlam e administram um "dinheiro mundial". Com esta forma de controle da organização monetária mundial, tornou-se possível para os EUA estabelecerem as diferenças fundamentais no uso e controle do seu

dinheiro como moeda nacional e como dinheiro mundial. Colocou-se diante das diferentes formas de poder e de dominação interestatal, constituindo-se, assim, numa "economia-mundo" norte-americana ao longo da segunda metade do século XX.

2. Perspectivas abordadas

A abordagem neste texto procura explorar mais especificamente, alguns elementos sobre a problemática do dinheiro como objeto legítimo de estudo no campo da Sociologia Política, sua natureza, seu poder e sua história.

A primeira perspectiva será a de explorar as sínteses introdutórias da obra "A Sociologia do Dinheiro" de Nigel Dodd (1997), que objetiva abordar o dinheiro como objeto em si mesmo de estudo na construção de uma análise monetária na sociologia. Para ele estes temas são estudados por poucos teóricos sociais e as análises sociológicas atuais são inconseqüentes por não considerarem a importância do dinheiro como Instituição social relevante, como algo lúcido e portanto, algo novo.

A segunda perspectiva será a de considerar as afirmações ontológicas do dinheiro como objeto de poder mediador das necessidades humanas na Sociedade moderna, nas reflexões iniciais de Karl Marx (2001) nos "Manuscritos Econômico-Filosóficos" de 1844, mais especificamente o capítulo 6 do terceiro manuscrito. Marx analisa ali que o poder verdadeiramente criador do dinheiro está no fato dele se constituir como mediador para a satisfação das necessidades humanas, aonde os sentimentos e as paixões individuais não são necessariamente características antropológicas no sentido estrito, mas são verdadeiras afirmações ontológicas do ser (natureza) na medida em que o objeto existe, e existe como objeto sensível. O dinheiro é o objeto por excelência que possui a virtude de tudo comprar, de se apropriar de todos os objetos, de satisfazer os desejos e as necessidades humanas.

3. A problemática geral: FMI e Banco Mundial como instrumentos de controle do sistema monetário internacional

A problemática geral aponta a criação do FMI e do Banco Mundial como verdadeiros e efetivos instrumentos de controle do sistema monetário internacional. A conformação estrutural mais significativa foi a Conferência Monetária e Financeira das Nações

Unidas realizada na pequena cidade de Bretton Woods (New Hampshire-EUA) em julho de 1944.

Foram 44 países representados para planejar o pós-guerra, levando em consideração na pauta de discussões, a estabilização da economia internacional e as moedas nacionais prejudicadas. Os acordos assinados eram válidos apenas para o conjunto das nações capitalistas do arco de alianças liderado pelos Estados Unidos.

Um dos resultados do Acordo foi a constituição de um sistema financeiro internacional com a estruturação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ambos com sede em Washington (EUA). Foram, portanto, constituídas organizações internacionais em três dimensões de atuação: mundial, continental ou regional. Formadas por Estados Nacionais com objetivos institucionais, em tese, pautados pela cooperação econômica, social, cultural, científica e pela segurança mútua entre os Estados Nação signatários.

O FMI foi organizado para promover a cooperação monetária e a regulação das paridades das moedas nacionais com o padrão ouro, bem como levantar recursos financeiros entre os países membros para constituição de um fundo que possibilitasse auxiliar os países em dificuldades nos pagamentos de suas dívidas.

O BIRD, também conhecido popularmente como Banco Mundial, têm como maior acionista o governo americano, que possui poder de veto sobre as decisões da organização. Seu objetivo principal era o de financiar projetos de recuperação econômica com empréstimos diretos de longo prazo para os governos e desde que com garantias oficiais para empresas, dos países atingidos brutalmente pela Guerra.

Em junho de 1945 na cidade de São Francisco (Califórnia-EUA), cinquenta países assinaram a Carta das Nações Unidas. O principal destaque da Carta coube a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Nova Iorque (EUA). A Organização estruturava-se com o Conselho de Segurança composto de 15 (quinze) membros, sendo 5 permanentes: China, EUA, França, Inglaterra e URSS. Os outros dez eram eleitos pela Assembléia Geral para mandatos de dois anos.

Compunha-se ainda de diversos órgãos: Assembléia Geral, Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Para atuação nos campos social, monetário,

científico e técnico, foram criados organismos intergovernamentais como: as agências especializadas (UNCTAD, UNESCO, OIT, FAO, OMS); as Comissões Econômicas Regionais (Europa, América Latina, África, Pacífico e Ásia); e a definição de áreas econômico-financeiras com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a incorporação das estruturas do FMI do BIRD a ONU.

Entretanto, esta configuração geral da ONU permitiu a ela poderes superiores, como de um "Governo Mundial". A idéia da organização concebida, ao atuar conjuntamente de forma operacional e complementar e organicamente vinculados, propiciava uma forma de poder em que as negociações comerciais pudessem ser praticadas livremente entre seus países membros, regulando facilidades nas diferenciações tarifárias de modo multilateral.

A justificativa teórica é a de que o FMI e o Banco Mundial atuaram historicamente muito mais do que simples reguladores financeiros do sistema de relações internacionais, e os Acordos de Bretton Woods significou desta forma, o reordenamento do sistema monetário internacional, estabelecendo as bases para a hegemonia americana sobre a dominação inglesa. Assim sendo, podemos relacionar estes organismos financeiros multilaterais como complexos instrumentos de controle do sistema monetário internacional e na intrincada criação de um novo dinheiro mundial com as políticas monetárias internacionais a partir do "padrão dólar".

Portanto, nossa hipótese subjacente baseia-se na afirmação de Lichtensztein e Baer (1987) de que a legitimação e dominação do "poder econômico, financeiro e político dos Estados Unidos, estendendo internacionalmente a hegemonia de sua moeda e de suas políticas"², subverteram a política monetária internacional do "padrão-ouro" conversível inglês, tornando-se uma economia-mundo, para o processo de mundialização do capital financeiro em geral.

² Samuel Lichtensztein e Mônica Baer, *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*, tradução de Nathan Giraldo, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 34.

4. A natureza do dinheiro como objeto legítimo de estudo sociológico

Nigel Dodd³ nos alerta para a desatenção que grande parte dos Sociólogos têm a respeito do dinheiro, e leva em conta certa incapacidade de percepção de que o dinheiro é algo tão importante para a nossa sociedade, que deveríamos reconhecê-lo como "Instituição social relevante". Para ele as atuais análises sociológicas são relativamente incongruentes quando tratam da ocupação teórico-social sobre o dinheiro como objeto, como objeto de estudo em si mesmo, e acabam utilizando o dinheiro apenas como meio, meio de ilustrar ou ampliar outros aspectos dos trabalhos realizados. A lucidez sociológica recaindo sobre o dinheiro como instituição social relevante seria, na sua opinião, algo de novo. Ele argumenta que esta institucionalidade se manifesta na vida cotidiana pois "os usos do dinheiro, as instituições associadas a seu controle e aquisição, e as idéias que as pessoas têm sobre sua natureza e funções são características marcantes da vida contemporânea."⁴

Para ele estes motivos não são suficientes para justificar uma razão intrínseca na análise sociológica. Entretanto, existem além destas, outras razões de caráter conceitual e determinante que justificam uma reflexão mais acurada, cujo produto ele apresenta manifestado na forma desse seu livro sobre a Sociologia do Dinheiro. A finalidade de sua proposta de estudo reside em "examinar e, quando necessário, reformular" determinadas hipóteses que buscam uma "via incisiva para a análise sociológica do dinheiro e das relações monetárias".⁵

Uma das motivações significativas de Dodd está na preocupação Sociológica acerca das análises monetárias na teoria social, apesar da Economia a tratar como uma especialidade teórica desligada da preocupação subalterna que ocupa como teoria social. No "cerne" da teoria monetária contemporânea encontram-se questões de ordem estrutural, cultural e epistemológica. Na raiz deste cerne pode-se observar ainda cristalizados estudos e questões que se colocam como chaves, ou seja: a "natureza do dinheiro, do seu papel na vida social, política e cultural, bem como do

³ Nigel Dodd. A Sociologia do dinheiro: economia, razão e a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997. Tradução de Waldíria Marchiori Portinho.

⁴ Idem, p. 7.

⁵ Id. p. 7-8

modo e do motivo pelos quais as pessoas percebem e usam o dinheiro atualmente...".⁶

Desta forma, seu projeto de estudos volta-se "diretamente para o cerne" e procura abordar a teoria monetária com algo diferente que se possa dizer a respeito do dinheiro, ou seja: a) a relação entre o dinheiro e a atividade humana racional; b) as razões por detrás da demanda por dinheiro; c) a operação dos mercados e o papel do dinheiro dentro deles; d) a relação dinâmica entre o controle monetário nacional e a integração monetária internacional; e) a importância da cultura para a operação do dinheiro em diferentes sociedades e diferentes períodos da história; e f) os problemas metodológicos e epistemológicos inerentes à análise monetária.⁷

Os sociólogos não podem pretender tornar apenas mais palatáveis os estudos sobre dinheiro, finanças, consumo e investimento, segundo Dodd, mas podem "desempenhar um papel importante e construtivo no aprofundamento e enriquecimento da compreensão das dificuldades teóricas e empíricas essenciais, bem assim como a relação entre elas, enfrentadas pela teoria social em nossos dias". Ele propõe então, que a análise sociológica do dinheiro não se restrinja necessariamente ao campo econômico, que por sua vez fica "ocupado com o exame das razões pelas quais os mercados funcionam mal ou os investidores têm um comportamento reprovável".⁸

5. Críticas às teorias monetárias

Duas importantes críticas em vigor são observadas por Dodd, cruciais para os seus argumentos na defesa das críticas às teorias monetárias no campo da análise econômica moderna.

A primeira é a de que "muitas das hipóteses referentes ao comportamento racional dos indivíduos na vida econômica são empiricamente infundadas e analiticamente insustentáveis". Estas hipóteses estão muito restritas ao aspecto econômico e não se tem a pretensão de generalizar-se ao restante da sociedade. Neste modo de ver restrito, a economia nunca teve o alcance necessário pois "o raciocínio econômico

⁶ Id. p. 8

⁷ Ibidem.

fundamenta uma forma de conhecimento que tem dominado a análise sociológica da sociedade moderna".⁹ Para Dodd então, as "transações monetárias" aplicadas de forma economicamente convincente na perspectiva suposta de que os "indivíduos maximizam" não resistem a um exame mais apurado, mesmo nas áreas da atividade humana na qual as transações monetárias aplicam-se convincentemente. Ele procura mostrar o quão errôneas são as ações econômicas e as análises sociológicas da modernidade quando tratam da "oposição entre racionalidade e irracionalidade". Esta oposição tem moldado a teoria monetária, não no sentido insinuado de que "a ação econômica é basicamente irracional ao invés de racional, mas que as oposições entre a racionalidade e a irracionalidade "tem moldado a teoria monetária e até mesmo análises do caráter peculiar da modernidade na sociologia."¹⁰

A segunda crítica refere-se a forma como os economistas e antropólogos empregam e distinguem o dinheiro, entre moderno e pré-moderno. Segundo Dodd determinadas conclusões no campo da antropologia estão erradas, principalmente no que diz respeito à natureza e as funções do dinheiro pré-moderno, pois baseiam-se numa interpretação "ingênua e supersimplificada das modernas modalidades de dinheiro". Nas suas pesquisas ele chega a conclusão de que todos os autores pesquisados possuem algo em comum, pois a visão do dinheiro baseia-se "na análise das relações e instituições sociais além do alcance da economia apenas."¹¹

Dodd, então, divide seus estudos em duas partes no seu livro. A primeira parte contém o exame das obras que ele chama ainda imprecisamente de suas "teorias sociais sobre o dinheiro". Inclui na categoria de economistas políticos Adam Smith e Karl Marx e ainda teóricos juristas como Georg Knapp, além de outros autores ligados à sociologia e a teoria social. Divide-os em quatro grupos de acordo com os critérios comuns das suas visões sobre o dinheiro e, na dimensão da sociedade, ressaltada nos trabalhos de pesquisa e exposição, ou seja: a) Economia Política; b) O Estado e o Sistema Jurídico; c) Cultura; e d) Processos de comunicação no sistema social.

Na segunda parte do livro, a abordagem do dinheiro se dá sob o ponto de vista da teoria social contemporânea, integrando e ampliando os temas e os debates analisados

⁸ Ib.

⁹ Id. p. 9

¹⁰ Ib.

¹¹ Ib.

na exposição inicial, ou seja "identificando os pontos fortes e fracos das diversas abordagens do dinheiro" e as implicações profundas para a teoria social contemporânea. Dá destaque então para as principais questões a saber: a) as políticas de integração financeira e monetária; b) os desenvolvimentos no comportamento do consumo e do investimento das teorias recentes da pós-modernidade; c) a relação entre a alta modernidade, a confiança e a racionalização; e d) abordagem nova e singular da análise sociológica, a análise monetária na sociologia.¹²

Obviamente, cabe esclarecer aqui que o nosso objetivo neste momento é o de apenas destacar estas questões principais levantadas por Dodd no seu livro sobre a Sociologia do Dinheiro. Ou seja, o dinheiro como instituição social relevante e objeto legítimo de análise monetária na Sociologia. Não temos a intenção inicial de abordá-los analiticamente como um todo neste pequeno artigo, mas apenas destacar nos seus estudos e pesquisas os elementos introdutórios, que nos permitam uma reflexão mínima sobre a capacidade explicativa destes argumentos. Fica esta pretensão mais ampla para um segundo momento quando se fizer necessário o aprofundamento desta análise temática em nosso trabalho de pesquisa.

6. Dinheiro: Poder criador de mediação para a satisfação das necessidades humanas

Procuraremos seguir aqui a orientação de Dodd ao querer observar no "cerne" da teoria monetária, algo diferente a se dizer sobre o dinheiro, que transpassa e transcende as questões estruturais, culturais e epistemológicas.

Tratar-se-á aqui daquilo que existe para contribuir nesta discussão, além da análise monetária amplificada na Sociologia como teoria social, coloca-se como preocupação relevante neste estudo, as questões relacionadas a uma afirmação ontológica como critério possível de distinção na Sociologia Política. Ou seja, trata-se do ser enquanto ser, do ser concebido como tendo uma natureza comum, inerente a todos e a cada um dos seres, como objetos que podem ser estudados, estabelecidas as conexões e argumentos adicionais da natureza do dinheiro para os homens. Pretende-se com isto, uma melhor explicação social da análise monetária na atual modernidade.

¹² Ib.

Podemos observar que para John Hughes (1983) "os problemas ontológicos e epistemológicos, evidentemente, não são isolados entre si. Afirmações a respeito do que existe no mundo quase sempre levam questões relativas à possibilidade mesma de se conhecer o que existe." Assim, ele procura enfatizar

que as questões ontológicas e epistemológicas não devem ser respondidas através da investigação empírica, uma vez que se preocupam, entre outras coisas, com a natureza e a significância mesma da investigação empírica. São questões que requerem discussão e debates filosóficos nos quais se focalizam, como questão geral, as próprias pressuposições de conhecimento.¹³

Nesta perspectiva, procuramos explorar a plenitude desta radicalidade e nos apoiamos em Marx (2001) nos seus Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844. Para ele "ser radical é segurar tudo pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem." O homem nesta condição radical é um **ser genérico** que necessita satisfazer a natureza de suas "carências".¹⁴

Segundo Marx, o homem da sociedade moderna fez o dinheiro constituir-se como **força social**, uma espécie de "força galvano-química da sociedade" e questiona se não seria ele, então, o "laço de todos os laços?"¹⁵

Esta força social é que dá vida, energia, estímulo e reanima, que vincula o indivíduo à vida *humana* e faz do dinheiro um verdadeiro meio de separação e união, que liga a sociedade ao indivíduo e, portanto, une o indivíduo à natureza e ao próprio homem, segundo ele. Para Marx a verdadeira história natural do homem é a sua própria gênese, a própria história:

Mas o homem não é exclusivamente um ser natural; é um ser *natural humano*; ou melhor, um ser para si mesmo, por conseqüência, um ser genérico, e como tal tem de legitimar-se e expressar-se tanto no ser como no pensamento. Deste modo, nem os objetos humanos são objetos naturais, como eles se apresentam diretamente, nem o sentido humano, tal como é imediata e diretamente dado, constitui a sensibilidade humana, a objetividade humana, nem a natureza objetiva, nem a natureza subjetiva se apresentam prontamente ao ser humano

¹³ John Hughes. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro; Zahar, 1983, p. 16. Tradução de Heloisa Toller Gomes.

¹⁴ Karl Marx. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret. 2001, p. 53

¹⁵ Id. p. 169

numa forma adequada. E assim como tudo o que é natural deve ter a sua origem, também o homem tem o seu processo de gênese, a história, que no entanto para ele constitui um processo consciente e que assim, como ato de origem com consciência, se transcende a si próprio. A história é a verdadeira história natural do homem..."¹⁶

O que se observa, entretanto, é que o homem como ser humano não exclusivamente natural para legitimar-se no interior da própria história, expressa-se numa forma de organização social criado pelo moderno sistema econômico de propriedade privada, em que há uma nova confirmação dos poderes humanos e um novo tipo de enriquecimento. O sentido e o significado históricos neste sistema são contrários, portanto, a importância de se atribuir as riquezas e objetos da produção às necessidades vitais humanas. Ou seja, sob a égide da propriedade privada não se transformam as necessidades em verdadeiras necessidades humanas, onde o idealismo é a ilusão e o capricho se transforma em extravagância. As verdadeiras necessidades se transformam na **necessidade do dinheiro** e nas necessidades quantitativas e subjetivas que ele mesmo produz. Desta forma, para Marx,

cada homem especula sobre a maneira como criar no outro uma *nova* necessidade para o forçar a novo sacrifício, o colocar em nova dependência, para o atrair a uma nova espécie de *prazer* e, dessa forma, à destruição. Cada qual procura impor sobre os outros um poder *estranho*, de modo a encontrar assim a satisfação da própria necessidade egoísta. Com a multidão dos objetos, cresce de forma igual o império das entidades estranhas a que o homem se encontra sujeito. Todo o produto novo constitui uma nova *potencialidade* de mútuo engano e roubo. O homem torna-se cada vez mais pobre como homem, necessita cada vez mais de *dinheiro*, para poder tomar posse do ser hostil. O poder do seu *dinheiro* enfraquece em dimensão oposta à massa da produção, ou seja, a sua necessidade aumenta na medida em que cresce o *poder* do dinheiro. A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. A *quantidade* do dinheiro torna-se progressivamente a sua única propriedade importante; assim como ele reduz toda a entidade a uma abstração, assim se reduz a si no seu próprio desenvolvimento a uma entidade *quantitativa*. O excesso e a não-moderação tornam-se a sua verdadeira

¹⁶ Id. p. 183

medida. É o que se manifesta no plano subjetivo, em parte porque a expansão dos produtos e das necessidades se transforma em subserviência engenhosa e sempre baseada nos apetites inumanos, corrompidos, antinaturais e fantasiosos.¹⁷

Para entendermos a perspectiva de Marx na necessidade do dinheiro como o "laço de todos os laços", como a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico privado e, como única necessidade que ele produz, precisamos entender o significado da simplicidade do valor na forma dinheiro e o significado de seu crescente poder como força social. Para este entendimento vamos explorar o que Marx argumentou para a forma valor da mercadoria tornar-se a célula econômica da sociedade burguesa. Assim, será necessário observarmos, primeiramente, o que diz respeito a distinção apenas formal do seu **método de exposição** e do **método de pesquisa**. Estes argumentos estão referenciados no Prefácio e no Posfácio da obra "O Capital". Para Marx é o seu método o mais correto para o entendimento das suas pesquisas científicas.

7. Dinheiro: forma vazia e simples do valor

Para Marx (1985) seu método é naturalmente inovador pois pressupõe um leitor "que queira aprender algo novo, desejoso, portanto, de pensar por sua própria conta." É necessário, entretanto, distinguir formalmente a compreensão do método de exposição das suas pesquisas. As dificuldades encontradas, segundo ele, relacionam-se especificamente ao entendimento do primeiro capítulo de "O Capital" que contém a análise da mercadoria. Neste capítulo procurou ele expor com maior clareza possível os elementos "concernentes à análise da substância e da magnitude do valor", donde faz a construção do seu próprio método. Para ele o processo da **investigação** "tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento".¹⁸

Assim, ao descrever a "vida da realidade pesquisada" a partir da investigação, segundo Marx ela "ficará espelhada, no plano ideal, o que pode dar a impressão de uma

¹⁷ Id. p. 149

¹⁸ Karl Marx. *O Capital: crítica da Economia Política*. L.1, v. I. São Paulo: Difel, 1985, p. 16.

construção a priori."¹⁹ Desta forma, o entendimento do seu método dialético torna-se fundamental e, para isso é necessário distinguir, e perquerir, a conexão íntima que há entre as formas de desenvolvimento. A **descrição** de forma adequada dos movimentos reais só pode ser concluída depois de realizado este trabalho de investigação e de apropriação da matéria.

Na medida em que ao expor a mercadoria como forma de valor ele percebeu que o dinheiro, sendo considerado uma figura acabada deste valor, é na realidade uma forma "muito vazia e simples". Em que pese a simplicidade do valor na forma dinheiro, o espírito humano vêm segundo ele "há mais de dois mil anos, tentando em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo".²⁰

No estudo das formas econômicas, segundo Marx, "não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos" sendo que estes instrumentos de pesquisa podem ser substituídos pela "capacidade de abstração". Ele faz aqui uma analogia de seu método de pesquisa com o das ciências naturais, e destaca que a capacidade de abstração permite utilizá-la como instrumento de análise para "adentrar nas minuciosidades" como o tratamento análogo ao da anatomia microscópica. Marx comenta que o "físico observa os processos da natureza, quando se manifestam na forma mais característica e então mais livres de influências perturbadoras, ou, quando possível, faz êle experimentos que assegurem a ocorrência do processo, em sua pureza." O que se percebe, é que esta analogia torna-se mais explícita quando ele argumenta que "é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células" e desta forma então "a célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria."²¹

Por isso, seu método de exposição da investigação inicia-se prontamente esclarecido com a definição metodológica já no primeiro parágrafo do capítulo I d'O Capital, onde ele justifica que a sua investigação inicia com a análise da mercadoria, porque a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em "imensa

¹⁹ Ib.

²⁰ Id. p. 4

²¹ Id.

acumulação de mercadorias" e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Assim está escrito:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual fôr a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia². Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. Cada um desses objetos é um conjunto de muitas propriedades e pode ser útil de diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas³, e a invenção das medidas, socialmente aceitas, para quantificar as coisas úteis. A variedade dos padrões de medida das mercadorias decorre da natureza diversa dos objetos a medir e também de convenção.²²

Então, podemos observar que a mercadoria é um objeto externo ao homem e suas propriedades satisfazem as necessidades e/ou os desejos humanos, e o dinheiro serve, então, como mediador entre as coisas e o homem, para a produção de riquezas em relações sociais historicamente determinadas, que satisfazem as necessidades humanas como meios e/ou objetos. Assim o dinheiro é o objeto por excelência de afirmação das necessidades humanas na sociedade moderna.

8. Dinheiro: objeto de afirmação das necessidades humanas na sociedade moderna

Observamos o que diz Marx anteriormente que o homem da sociedade moderna fez o dinheiro constituir-se como força social. Esta força que dá vida, energia, estímulo, reanima, vincula o indivíduo à vida *humana*, verdadeiro meio de separação e união, liga a sociedade ao indivíduo, e portanto, une o indivíduo à natureza e ao próprio homem.

²² Id. p. 41-42. ² "Desejo envolve necessidade; é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo... a maioria (das coisas) tem valor porque satisfaz as necessidades do espírito". (Nicholas Barbon, "a Discourse on coining the new money lighter. In answer to Mr. Locke's Consideration etc.", Londres, 1696, pgs. 2 e 3). ³ "as coisas possuem uma virtude intrínseca (como Barbon designa valor-de-uso), igual em toda a parte, como a propriedade do ímã de atrair o ferro" (ob.cit. p. 6). A propriedade do ímã só se tornou útil, depois de se descobrir, por meio dela, a polaridade magnética."

Para se constituir como força e laço social, ele considera o dinheiro como objeto essencial para a satisfação das necessidades humanas, tanto no que diz respeito aos desejos, aos sentimentos e ao prazer dos indivíduos, quanto as necessidades materiais, das atividades concretas. Procura não restringir estes sentimentos, paixões e atividades apenas em suas características antropológicas, mas como afirmações reais da existência objetiva sensível, como um ser social, já que o homem é apenas uma parte da natureza.

A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza.²³

Portanto, a satisfação das necessidades do ser humano são verdadeiras afirmações ontológicas, garantidoras da existência elementar e da sobrevivência do homem como "ser genérico". O homem nesta condição de ser genérico necessita satisfazer a natureza de suas necessidades elementares. Ou seja, a afirmação da natureza objetiva e subjetiva que é comum e inerente a todos e a cada um dos seres humanos.

Marx percebe que na sociedade moderna, capitalista, os desejos para se transformarem em realidade relacionam-se ao poder verdadeiramente criador do dinheiro. "Certamente, o trabalho, atividade vital, a vida produtiva, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando a vida. (...) a vida revela-se simplesmente como meio de vida."²⁴

Este poder reside no fato dele se constituir como mediador na sua vida produtiva, também como "ser genérico" mas alienado e autoalienante, entre o ser imaginário e o ser sensível, real, transformando as incapacidades humanas no seu contrário "como poder alienado da humanidade."²⁵ Mas para Marx "o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida (...) ser genérico, ser lúcido, o trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser

²³ Id. p. 116

²⁴ Id. p. 116

lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua existência.²⁶

Para Marx, diferentemente de outros animais, o homem constrói a beleza! Os animais produzem-se apenas numa direção, produzem-se a si mesmos como necessidade da espécie, ao passo que o homem na sua lúcidez produza universalmente, e desta forma, reproduz toda a natureza!²⁷

O dinheiro visto nesta perspectiva vital da produção aparece como o objeto por excelência em virtude da sua *propriedade* universal de se apropriar de todos os objetos, como ser onipotente. A sua natureza de poder tudo comprar segundo Marx "é a onipotência da sua natureza."²⁸

A simples existência da vida humana possui características relacionadas aos seus diversos **modos de afirmação** que não são necessariamente imutáveis, diz Marx, pois os objetos existem para a satisfação de necessidades humanas e "a maneira como o objeto para eles existe é o modo característico da sua satisfação."²⁹

Desta maneira ele considera o dinheiro somente na medida da sua existência também como objeto, objeto sensível. A afirmação do objeto surge como sua anulação, constitui-se na sua afirmação sensível, pois o homem é um ser que possui sentimentos humanos, onde se manifesta sua afirmação objetiva, ou seja, na sua forma independente como por exemplo comer, beber e participar na elaboração do próprio objeto. A afirmação objetiva se vincula a uma relação de dependência mútua com outro indivíduo, sendo da mesma forma, a dependência da sua própria satisfação como pessoa.

O fenômeno da objetivação para Marx, faz com que o homem trabalhador e sua produção se aliene pela perda do objeto produzido, do produto do seu trabalho. O trabalhador não cria nada sem a natureza, pois é ela que fornece os meios de existência do trabalho, e o trabalho não pode viver sem objetos, pois "a apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador

²⁵ Id. p. 169

²⁶ Id. p. 116

²⁷ Id. p. 116

²⁸ Id. p. 167

²⁹ Id. p. 166

produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, do capital." Entretanto, o significado da alienação do produto para o trabalhador não é só que "o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência *externa*, mas que existe independentemente, *fora dele* e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.³⁰

Marx conclui que o homem trabalhador só se sente livre e ativo nas suas funções animais como "comer, beber, e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc, - enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal, o elemento animal torna-se humano e o humano, animal." Para ele ainda, o trabalho "produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores."³¹

9. Dinheiro: objeto essencial na propriedade de tudo comprar

Para Marx a Ciência se constitui num produto da auto-realização do homem pois se manifesta através da atividade prática, objetiva.³² A essência ontológica das paixões humanas surge na sua totalidade e na sua humanidade intermediada pela indústria na sociedade moderna, que se desenvolve e se manifesta como propriedade privada. Para ele, a propriedade privada constituída e livre da alienação traz um significado existencial, como "*objetos essenciais* para o homem, tanto como objetos de prazer como de atividade."

O dinheiro constitui-se, desta forma, como um destes objetos essenciais pois, como vimos, a "universalidade da sua *propriedade* é a onipotência da sua natureza; considera-se, portanto, como ser onipresente...", que por sua excelência possui as

³⁰ Id. p. 112

³¹ Id. p. 114-115

³² Id. p. 166

virtudes da apropriação de todos os objetos, ou seja "a propriedade de tudo comprar".³³

O dinheiro é assim essencial na relação que se estabelece entre a necessidade humana e o objeto na direção da existência, ou seja, "entre a vida do homem e os meios de subsistência." Neste sentido da existência, um é dependente do outro, pois "o que direciona a *minha* vida *direciona* da mesma forma para mim a existência dos outros homens." ³⁴ Marx procura compreender então qual é a potencialidade real da afirmação sensível na satisfação das necessidades humanas e suas características específicas que se manifestam nos diversos modos de afirmação do objeto. O que é interessante observarmos é que a sua compreensão busca inspiração num diálogo entre *Fausto e Mefistófoles*, do poeta e dramaturgo alemão J. Goethe (1749-1832):

Pés e mãos, com os diabos!, e cabeça
São teus, não é verdade? Pois aquilo
De que gozas contente sê-lo-á menos?
Se tenho seis cavalos, suas forças
Minhas não são, e não ando ligeiro,
Como se houvesse vinte e quatro pernas?³⁵

O que se percebe é que Marx ao querer demonstrar que a afirmação sensível do objeto é importante para potencializar as necessidades humanas, procura ele destacar que o poder do dinheiro, suas propriedades e faculdades, também potencializam o poder próprio do indivíduo, assim como as forças dos objetos se tornam forças reais dos indivíduos, como a força dos cavalos de Fausto!

Entretanto, estes poderes potencializados não são determinados pela própria individualidade do possuidor do dinheiro. As propriedades do dinheiro também se transformam na do seu possuidor, pois tudo o que se possa comprar, se possa pagar, por meio do dinheiro, são também propriedades do possuidor do dinheiro. Argumenta ele:

Sou feio, mas posso comprar para mim *a mais bela mulher*. conseqüentemente, não sou *feio*, porque o efeito da *fealdade*, o seu poder de repulsa, é anulado

³³ Id. p. 167

³⁴ Id. p. 166

³⁵ Id. p. 166

pelo dinheiro. Como indivíduo, sou manco, mas o dinheiro fornece-me vinte e quatro pernas; portanto, não sou manco; sou um homem detestável, indigno, sem escrúpulos e estúpido, mas o dinheiro é o objeto de honra, por conseguinte, também o seu possuidor. O dinheiro é um bem supremo, e deste modo também o seu possuidor é bom. Além disso, o dinheiro poupa-me, ao esforço de ser desonesto; por consequência, sou tido na conta de honesto; sou *estúpido*, mas o dinheiro constitui o espírito real de todas as coisas; como poderá o seu possuidor ser estúpido? Ademais, ele pode comprar para si as pessoas talentosas: quem tem poder sobre as pessoas inteligentes será mais talentoso do que elas? Eu, que por meio do dinheiro posso *tudo* o que o coração humano ambiciona, não possuirei todas as capacidades, humanas? Não transformará assim o dinheiro todas as minhas incapacidades no seu contrário?³⁶

Procura compreender Marx este poder criador que tem o dinheiro, que se constitui como força social e também "divina", uma divindade visível, capaz de transformar os desejos mais profundos em realidade, de estabelecer a fraternidade entre coisas incompatíveis, que possui a capacidade de perverter e inverter "todas as qualidades humanas e naturais" transformando-as no seu oposto, causando uma "universal confusão e inversão das coisas".³⁷

O "poder verdadeiramente criador" do dinheiro para Marx, está na sua capacidade de transformar para o indivíduo, o desejo em realidade, o seu ser imaginário ambicionado pela vontade real, poder de mediação desta transformação.³⁸ Ele vai buscar o significado deste poder, desta inspiração "divina", em outro grande poeta e dramaturgo inglês William Shakespeare (1564-1616), na peça "Tímon de Atenas". Ele evoca a sua admiração pelo artista por ter recorrido magnificamente sobre esta natureza do dinheiro, aqui sob a forma do "ouro", e ter dado a ênfase necessária nas suas propriedades "divinas visíveis":

Ouro? Ouro amarelo, brilhante, precioso? Não, deuses:
Eu não faço protestos vãos. Raízes quero, ó céus azuis!
Muito disto tornaria o preto branco; o feito, belo;
O injusto, justo; o vil, nobre; o velho, novo; o covarde, valente

³⁶ Id. p. 169

³⁷ Id. p. 169

³⁸ Id. p. 169

(...) tu deus visível,
Que torna os impossíveis fáceis,
E fazes com que se beijem! que em todas as línguas te explicas
Para todos os fins! Ó tu, pedra-de-toque dos corações!³⁹

Esta capacidade de transformação do desejo em realidade, caracteriza para Marx estas propriedades "divinas" do dinheiro. Além desta divindade visível, em sua opinião, o dinheiro é "a prostituta universal, a universal alcoviteira dos homens e dos povos."⁴⁰ Pode-se observar também nos versos de Shakespeare, a ênfase dada ao poder "regicida" do metal amarelo, a transformação corruptora do poder político dominante, submetendo a autoridade do Rei e da religião, como criador de novas estruturas na feudalidade:

Fará com que os vossos sacerdotes e servos se afastem de vós;
Isto fará arrancar o travesseiro de debaixo das cabeças dos homens fortes.
Este escravo amarelo
Fará e desfará religiões; abençoará os réprobos;
(...) assentará ladrões,
Dando-lhes título, genuflexões e aplauso,
(...) Ó tu, amado regicida; caro divorciador
Da mútua afeição do filho e do pai; brilhante corruptor.⁴¹

O caráter apocalíptico que se observa nas palavras de Shakespeare, ressoa como brilho poético sobre as estruturas da feudalidade, e o poder da propriedade do metal amarelo clama pela "hegemonia imperial" do mundo pelas "feras", por reforçar as substanciais desigualdades e o domínio sobre as diversas culturas sociais. É o que se percebe quando ele prontamente diz do ouro:

Tu, sempre novo, viçoso, amado galanteador,
Cujo brilho faz derreter a virginal neve
Do colo de Diana!
Trata os homens, teus escravos, como rebeldes, e, pela tua virtude,
Arremeça-os a todos em discórdias devoradoras, a fim de que as feras
Possam ter o mundo por império.⁴²

³⁹ Id. p. 167-168

⁴⁰ Id. p. 169

⁴¹ Id. p. 167-168

⁴² Id. p. 168

Entretanto, o que se observa é que Marx vai buscar sua inspiração em Shakespeare para qualificar as propriedades que ele considera no dinheiro que o torna uma "divindade visível". Desta forma, percebe-se porque Marx conclui disso tudo que o dinheiro se constitui, num meio de separação e união, agindo como força social e "divina", pois ele é o poder alienado da *humanidade*, seu poder reside nas suas próprias características de ser genérico, alienado e auto-alienante do homem, das qualidades humanas e naturais, que são transformadas no seu oposto. Assim, o dinheiro é poder, poder de persuasão, pois transforma os desejos da imaginação, ambicionados pela vontade, em realidade.⁴³

O poder verdadeiramente criador do dinheiro, para Marx, está no fato dele se constituir como mediador devido as suas faculdades de poder real: "a inversão geral das individualidades, transformando-as nos seus opostos e associando qualidades contraditórias com as suas qualidades (...) o mundo invertido, a confusão e a transposição de todas as qualidades naturais e humanas (...) força os contrários a abraçar-se." ⁴⁴

A satisfação dos desejos e das necessidades imaginadas podem ocorrer de duas maneiras reais, destacadas por Marx como a "procura efetiva" baseada no dinheiro e a "procura ineficaz", que se manifesta na medida em que ela existe, mesmo que o indivíduo não possua dinheiro. Esta relação demonstra, fundamentalmente, a diferença entre o **ser e o pensamento** do indivíduo, ou seja, a relação do existente entre o ser em si, e a representação do que existe como objeto externo a si.

Para Marx, entretanto, a procura ineficaz baseada na necessidade, nas paixões, nos desejos do indivíduo sem dinheiro é "simples criatura da imaginação, que não possui efeito ou existência (...) permanecendo portanto (...) como irreal e sem objeto", seja para o outro ou para mim:⁴⁵

O dinheiro constitui o *meio* externo, universal, e o poder – não derivado do homem enquanto homem e nem da sociedade humana enquanto sociedade – para mudar a *representação* em *realidade* e a *realidade* em *mera representação*. Transforma igualmente as *faculdades reais humanas e naturais* em simples representações abstratas, isto é, em *imperfeições*, em quimeras

⁴³ Id. p. 169

⁴⁴ Id. p. 170-171

atormetadas; e por outro lado, transforma as *imperfeições e fantasias reais*, as faculdades realmente importantes, que só existem na imaginação do indivíduo, em *faculdades de poderes reais*. Já sob este aspecto, o dinheiro é portanto a inversão geral das individualidades, transformando-as nos seus opostos e associando qualidades contraditórias com as suas qualidades. O dinheiro surge, por consequência, como um poder *disruptivo* em relação ao indivíduo e aos laços sociais, que pretendem ser *entidades* subsistentes.⁴⁶

Esta sim, é a capacidade do dinheiro de se tornar um conceito de valor existente e ativo, e faz com que ele confunda, transponha e permute todas as coisas, criando um mundo invertido para as qualidades naturais e humanas, associando-as contraditoriamente, quando "força os contrários a abraçar-se."

Entretanto, para Marx:

cada uma das suas relações ao homem – e à natureza – tem de ser uma *expressão definida*, correspondendo ao objeto da vontade, da sua vida *individual real*. Se alguém amar, sem por sua vez despertar amor, isto é, se o amor enquanto amor não suscitar amor recíproco, se alguém através da *manifestação* vital enquanto homem que ama não se transforma em *pessoa amada*, é porque o seu amor é impotente e uma infelicidade.⁴⁷

⁴⁵ Id. p. 170

⁴⁶ Id. p. 170

⁴⁷ Id. p. 171

10. Considerações finais

A problemática de fundo colocada aqui sobre as possibilidades de se constituir uma definição conceitual de "Análise Monetária" considerando a **gestão e controle** do dinheiro pelos Estados Nacionais, como **mediação** social relevante, e **a natureza do seu poder** mediado pela satisfação das necessidades humanas, no sentido genérico, é perfeitamente possível do ponto da pesquisa teórica e empírica.

Na perspectiva inicial desse texto, procuramos argumentar a importância da natureza do dinheiro para análise monetária, na medida em que trazemos para o centro da discussão a proposição de Dodd (1997) sobre o dinheiro como "Instituição social relevante".

Na perspectiva das afirmações ontológicas do homem, como ser genérico, que possui uma natureza subjetiva, defendemos a tese de Marx (2001) de que o dinheiro é o objeto por excelência na mediação das necessidades humanas e uma força social. Entretanto, na sociedade moderna de sistema privado de produção de mercadorias, é um objeto alienado e autoalienante, que transforma as necessidades humanas nele mesmo como propriedade importante, como um laço que une e afasta. A dependência orgânica de um indivíduo a outro, vincula-os à vida humana como ser natural humano genérico, devido a natureza da sua produção e reprodução como ser social.

Assim, constitui-se o poder do dinheiro como mediador entre as coisas para a satisfação das necessidades humanas e individuais, sejam elas elementares e/ou genéricas, sociais e/ou individuais, provindas do estômago, dos sentimentos e/ou das paixões, de natureza objetiva e/ou subjetiva. O dinheiro como objeto sensível e meio de apropriação universal das coisas constitui-se assim numa forma vazia e simples de valor. As mercadorias, como coisas, objeto externo, que por suas propriedades satisfazem as necessidades humanas, são a forma elementar da riqueza produzida na sociedade burguesa capitalista, produto alienado do trabalhador. Entretanto, por outro lado, são objetos essenciais de prazer e de atividade.

Da mesma forma, propõe-se como aprofundamento da pesquisa, buscar a origem do dinheiro como significado de busca dos direitos que regem os objetos e sua propriedade individual. Necessita-se aprofundar esta temática na perspectiva da História econômica com Max Weber (1968), onde do ponto de vista de sua evolução histórica, o dinheiro é o criador da propriedade individual, desde o seu princípio.

Assim, o dinheiro no seu processo de desenvolvimento assume historicamente funções para servir diversificadamente como direitos, como meio de troca, de pagamentos legais, de entesouramento, assumindo equivalências monetárias ou não, de escalas de valores de uso dos bens nas trocas, sendo utilizados como unidades de contas de acordo com as tradições sociais e a necessidade de se manejar e de se contar os objetos, ou como moedas metálicas de padrão monetário para as trocas gerais e internacionais.

Assim como Hughes argumenta que "as concepções do mundo têm mudado historicamente"⁴⁸ pelo visto, a forma dinheiro também teve suas mudanças históricas passando a exercer diversas funções, medidas e meios.

Para finalizar, podemos afirmar o papel do **Estado** na administração do dinheiro, como autoridade monetária, deve ser considerado como mediador das relações sociais. Ao observarmos no pensamento crítico de Marx, nas afirmações de Bottomore⁴⁹, esta mediação acontece quando o dinheiro funciona: a) como **medida de valor e** expressa a relação entre produtores de mercadorias, ou seja a equivalência do trabalho abstrato (socialmente necessário nas trocas); b) como **meio de circulação** valida a relação entre produtores de trabalho privado como relação social; c) como **meio de pagamentos**, media a relação entre devedores e credores; d) como **capital-dinheiro** expressa a dominação do proprietário do dinheiro como capitalista sobre o trabalhador enquanto proprietário da força de trabalho.

Ou seja, é grande a nossa necessidade de aprofundamento teórico que visem: refletir sobre a natureza do dinheiro, na redefinição do modo e dos motivos pelos quais se percebe e se utiliza o dinheiro nos tempos atuais; a importância do seu papel nas atividades da vida social, política e cultural; a redefinição das relações internas na distribuição da riqueza entre os indivíduos, os graus de monetização entre o capital e o trabalho; o controle dos fluxos monetários nacionais e a integração monetária internacional na distribuição da riqueza gerada a partir da Política Monetária.

Esses pontos debatidos neste texto, procuram elucidar a hipótese de que o dinheiro propriamente dito, como um objeto sensível por excelência, pode ser o ponto de partida

⁴⁸ Hughes (1983), op. cit. p. 18

concreto para os estudos das múltiplas determinações das "Políticas Monetárias". Estas políticas encontram-se sob o controle dos Estados Nacionais, bem como o ponto de inflexão nas mudanças do poder político interestatal na formação da economia-mundo americana em meados do século XX, subvertendo o poder da dominação inglesa no após-segunda grande guerra mundial.

11. Referências Bibliográficas

BOTTOMORE Tom. Dinheiro. In. ***Dicionário do Pensamento Marxista***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

DODD, Nigel. **A Sociologia do dinheiro: economia, razão e a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

GALBRAITH, John K. **Moeda: de onde veio, para onde foi**. São Paulo: Pioneira, 1977.

LICHTENSZTEJN, Samuel. BAER, Mônica. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. L.1, v. I. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret. 2001.

SINGER, Paul. Apresentação. In. RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

WEATHERFORD, Jack. **A história do dinheiro: do arenito ao cyberspace**. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: editora Mestre Jou, 1968.

⁴⁹ Tom Bottomore, *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001, tradução de Waltensir Dutra.